ISSN: 2358-8829

ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE DO SUBSEQUENTE

Wéltima Teixeira Cunha [1]

INTRODUÇÃO

A modalidade de ensino técnico subsequente é parte da educação profissional no Brasil. Teve início com a Lei 9.394/1996, que estabelece na Seção IV-A, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Art. 36-B Art. 36-B, que "a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio."

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012 estabelece que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode ocorrer de forma articulada (integrada ou concomitante) ou subsequente ao Ensino Médio, sendo esta última voltada exclusivamente a quem já terminou a educação básica. A norma prevê que, se necessário, sejam integrados conteúdos de reforço escolar para assegurar a formação completa do estudante.

Cabe às instituições de ensino planejar seus currículos com autonomia, equilibrando a capacitação técnica e o desenvolvimento humano. As opções de formação seguem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), gerido pelo MEC e atualizado pela Resolução CNE/CEB nº 1/2014, o qual padroniza eixos tecnológicos, cargas horárias, perfis profissionais e regras de certificação

Considera-se a modalidade subsequente importante para formação dos estudantes que concluíram o ensino médio e necessitam dar continuidade a vida acadêmica baseada em uma formação de qualidade para o trabalho e que seja de curta duração, cujo objetivo é ocupar na sociedade vínculo formal, por meio de contrato de trabalho legalizado.

Nessa perspectiva, a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais no Brasil. Os campi do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia

[1] Professora Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Bahia. weltitimacunha@gmail.com

têm se debruçado para compreender as razões da retenção e da evasão estudantil que se acentuou com a pandemia da COVID 19.

Conforme apontam Silveira, Gonçalves e Maraschin (2017), a otimização dos resultados na educação profissional e tecnológica (EPT) depende diretamente do combate sistemático à evasão e à repetência.

Como os Institutos Federais trazem em seu cerne a missão de promover a inclusão e a justiça social, é indispensável analisar a conexão entre as propostas da EPT e a realidade de seu público-alvo. Com a interiorização da Rede Federal de EPT, o país avançou significativamente, deixando para trás o histórico de precariedade assistencialista e estabelecendo um modelo de educação pública, gratuita e universal.

A ampliação do quantitativo de unidades no estado da Bahia atingiu territórios e comunidades mais distantes e carentes de educação, todavia não garantiu aspectos importantes e fundamentais para que os estudantes se sentissem atraídos. A permanência e êxito perpassa pelos três pilares ensino, pesquisa e extensão

No *campus* Vitória da Conquista a oferta dos cursos na modalidade subsequente para funcionar no turno da noite se deu em 2008 com os cursos técnicos de edificações, eletromecânica, já o de segurança do trabalho teve início no ano de 2012.

A partir de 2017 houve decréscimo na permanência dos estudantes. Em 2020 o número de matriculados apresenta uma variação média de 10 a 14 alunos por curso. Fato esse que vem preocupando a equipe de gestores em se empenhar para que a demanda aumente. Esse número se reduz ao logo dos quatro módulos por múltiplas razões, algumas de cunho particular.

Acredita-se que essa pesquisa venha contribuir para que o *campus* reveja o seu papel de desenvolver ações efetivas que viabilizem o acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados nos cursos subsequentes.

Posto isso, essa pesquisa teve como objetivo levantar as políticas de acesso, permanência e êxito e as ações de prevenção à evasão e à retenção no *campus* Vitória da Conquista.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi apoiada por meio da metodologia de abordagem qualitativa, apoiada na perspectiva de Minayo (2025) como um processo reflexivo e dinâmico. Utilizou-se o método de análise descritiva-reflexiva de fontes primárias de materiais que

ISSN: 2358-8829

sustentam à Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito tais como: Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito da Rede Federal (PNAPE), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral do IFBA e as Políticas de Assistência Estudantil do IFBA.

Analisou-se também material específico do *campus* Vitória da Conquista, como editais de pesquisa e extensão e política de estágio para compreender a realidade local enfatizando os últimos 6 anos que englobam o período da pandemia da COVID-19.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Em resposta ao objeto da pesquisa, os resultados apontam que as estratégica de implementação das ações baseada em todo o material analisado, não tem dado conta da amplitude referente à problemática de permanência e êxito. Não houve mudança significativas ao longo dos últimos 6 anos. Depende também de política orçamentária e de articulação concreta com setores da sociedade.

Isso significa que nem todos os estudantes foram beneficiados com o programa de assistência estudantil, mesmo aqueles que apresemtam alguma vulnerabilidade. Em contrapartida, todos têm direto a alimentação no intervalo das aulas, porém não é suficiente para a permência e êxito.

A ampliação do quantitativo de unidades no estado da Bahia atingiu territórios e comunidades mais distantes e carentes de educação, todavia não garantiu aspectos importantes e fundamentais para que os estudantes se sentissem atraídos.

Constatou-se também que a cada ano há uma baixa no quantitativo de estudantes matriculados por semestre. Destes, alguns evadem, outros ficam retidos e não retornam para cursar o componente o qual não foi aprovado e existem aqueles que formalmente interrompem os estudos.

A permanência e êxito também perpassam pela participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão oriundos de editais internos e externos. Nessa situação, observa-se que não há estratégias direcionadas para que esse público faça parte. São raros os estudantes do subsequente que são contemplados, visto que os orientadores proponetes dos projetos dão preferência aos estudantes do ensino médio integrado e do

ensino superior.

A exclusão opera como um mecanismo de violência institucional silenciosa. Ao encontrar as portas da pesquisa e extensão fechadas por critérios de preferência dos professores, este estudante é empurrado para a periferia da vida acadêmica. A ausência de incentivos financeiros e de reconhecimento científico enfraquece o vínculo do aluno com a instituição, gerando um ciclo de desmotivação que culmina, inicialmente, na retenção por não frequentar ou baixo rendimento e, em última instância, na evasão escolar.

Essa realidade é reflexo direto dos critérios de escolha. Acredita-se que os fatores que alimentam esse cenário estão a percepção de que o estudante do técnico subsequente possui uma rotina mais atribulada, frequentemente conciliam estudos e trabalho, o curto período de duração de seus cursos, e a redução do tempo disponível para o desenvolvimento pleno das atividades propostas. Bertoni-Ricardo (2016) considera que a falta de empatia dos professores reforça práticas tradicionais excludentes.

O cenário do turno noturno é agravado pelo perfil dos estudantes, que em sua maioria são trabalhadores e chegam à instituição acometidos pelo cansaço físico e mental de uma jornada dupla. A ausência de um planejamento de ações voltadas à arte, à cultura e a eventos integradores nesse período impede a criação de um ambiente acadêmico mais dinâmico e atrativo. Esse panorama é reforçado por aulas predominantemente conteudistas, que limitam o desenvolvimento da criticidade e da reflexão nos estudantes, tornando-os receptores passivos.

Spat; Suptitz (2015) consideram que o papel da arte e cultura no ambiente escolar vai além do lazer, oportunizam e potencializam o desenvolvimento das capacidades intelectuais, cognitivas e morais dos estudantes, tornando-os críticos e reflexivos. A reflexão de Saviani (2018) evidencia como a padronização curricular negligenciou, intencionalmente, os saberes, as tradições e as práticas culturais de comunidades rurais, periféricas e tradicionais. Esse processo resultou na exclusão de estudantes, acentuando as desigualdades educacionais, artísticas e culturais.

Constatou-se também que no ambiente escolar é a articulação prática é negligenciada: as visitas técnicas são raras, em grande parte porque o corpo docente não possui a prática de programá-las e organizá-las, resultando em uma dissociação crônica entre os conteúdos teóricos e a realidade para inserção no ambiente de trabalho formal.

De acordo com Oliveira et al (2023) as visitas técnicas constituem em uma

ISSN: 2358-8829

ferramenta importante para potencializar o aprendizado na medida em que põe em prática o conteúdo assimilado em sala da aula. Tampouco há laboratórios que atendam aos diversos componentes curriculares que exigem experimentos, assim como faltam equipamentos, maquinários e ferramentas essenciais para uma preparação realista que corresponda às exigências da vida profissional e do vínculo formal nos diversos ramos de atividades laborais e atendam setores específicos da economia.

Outra situação revelada é que a Lei de Estágio nº 11.788/2008, em seu art. 8º explicita que é facultada a instituição de ensino celebrar convenio de concessão de estágio com entes privados e públicos. No entanto, o estágio curricular obrigatório tem atuado como um fator preponderante de desestímulo e retenção acadêmica entre os estudantes. Embora a atividade seja projetada como indispensável entre a teoria e a prática profissional, o ingresso para o ambiente de trabalho é dificultado pela ausência de uma política institucionalizada de articulação entre o *campus* e as organizações coparticipantes.

A falta de canais formais de mediação e de prospecção ativa de vagas por parte da instituição transfere integralmente para o estudante a obrigração e responsabilidade de identificar, contatar e viabilizar o campo de prática. Essa dinâmica gera três desdobramentos críticos para o fluxo acadêmico:

Estudantes que são aprovados em todos os componentes curriculares teóricos permanecem retidos na instituição exclusivamente devido à impossibilidade de inserção em um campo de estágio validado. A dependência do esforço individual ou de redes de contatos prévias (*networking*) penaliza os alunos socioeconomicamente vulneráveis, ampliando as desigualdades internas no processo de formação.

A rigidez na validação de convênios, somada à escassez de parcerias pré-estabelecidas pela gestão do *campus*, resulta em um sentimento de desamparo institucional, culminando no desinteresse e no risco latente de evasão.

Esse cenário evidencia que a obrigatoriedade do estágio, desacompanhada de um suporte estrutural e de uma política de relações interinstitucionais eficiente, altera a função pedagógica do componente. Em vez de consolidar o aprendizado, a exigência passa a operar como uma barreira burocrática, demandando uma reformulação urgente nas diretrizes de extensão e inserção profissional com o apoio do campus de Vitória da Conquista.

Mesmo com todos esses avaços legais, acredita-se que o pensamento de Frigoto

(2012), ainda persista em nosso sistema educacional, ao afirmar que a função social da educação acontece de forma controlada para responder às demandas do capital.

Vale destacar que a oferta de formação profissional impõe um *status* periférico no processo educacional, já que o conhecimento se restringe ao campo especifico do trabalho para uma determinada profissão e os currículos desprovidos dos conhecimentos e saberes primordiais resultam empecilho para vislumbrarem ingresso no curso superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material que deu sustentação essa pesquisa evidenciou que a evasão e retenção dos estudantes do subsequente é uma situação complexa que não será resolvida a médio prazo, mesmo com toda a movimentação de ação coletiva que foi constatada.

A atuação deve ser conjunta entre a gestão interna e o Ministério da Educação com a finalidade de fornecer estrutura política e financeira que viabilize o funcionamento dos institutos para que suas políticas públicas sejam exitosas no sentido do acesso, permanência e êxito e que sejam ampliadas de forma igualitária para que todos os estudantes tenham oportunidades independente da vulnerabilidades sociais, econômicas, emocionais, afetivas ou pedagógicas.

Igualitária e equitativa também deve ser a gestão dos cursos que são oferecidos à noite, para que todos se simtam pertencentes ao ambiente escolar e vejam um futuro promissor po meio da formação de qualidade que estão recebendo.

Palvras-cahve: Evasão, Retenção, Políticas públicas, Permanência, Êxito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Rede APE: Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal/rede-ape. Acesso em: jul. 2026.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dáoutras providências.**DiárioOficial da União.** Brasília2008.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL**.** Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de

estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e os Artigos 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2026

BERTONI-RICARDO, M. **Educação, diversidade e formação docente: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino Médio Integrado**: **Concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

IFBA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Salvador: IFBA, 2020. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/acesso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2025.

OLIVEIRA, C.T. A et al. **A visita técnica como uma ferramenta facilitadora do processo de ensino-aprendizagem**: um relato de experiência. In: Editora Científica Digital (Org.). Open Science Research XI. 1. ed. Guarujá-SP: Editora Científica Digital, 2023.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SILVEIRA R. B.; GONÇALVES L. F; MARASCHIN M. S. A formação de professores na educação profissional e tecnológica e a complexidade que envolve a permanência e êxito dos estudantes. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** v. 2 n. 13 p. 81-93 2017.

SPAT, G. M; SUPTITZ, C. E. O direito à cultura na sociedade em rede: políticas públicas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria/RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: mídias e direitos da sociedade em rede, 3., 2015, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/6-7-1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.